

Partido dos Trabalhadores: do poder das bases ao verticalismo*

Marcos Leite de Matos Todt*

Resumo:

Foi fundamental à formação da identidade inicial do Partido dos Trabalhadores (PT) o que Florestan Fernandes (2006) chamou de "democracia petista" e Pont (2002) de "poder das bases": o entendimento de que o partido não tinha donos e de que os rumos do partido eram definidos pela base. Um mecanismo essencial à garantia da participação das bases nas decisões e ao fortalecimento da identidade petista eram os núcleos, que, além de possibilitarem de forma mais completa a participação ativa dos filiados, modificavam concretamente a relação de subordinação tradicional (dirigentes/dirigidos). No entanto, os núcleos foram desmantelados, e defendemos neste ensaio que um elemento que colaborou para isso é o fato de que o poder das bases era um empecilho à liberdade dos líderes partidários, que almejavam consolidar o partido como máquina eleitoral.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; esquerda brasileira; identificação partidária; ideologia política.

The Workers' Party: From Grassroots Power to Verticalism

Abstract:

Fundamental to the formation of the initial identity of the Workers' Party (PT) was what Florestan Fernandes (2006) called "PT democracy" and Pont (2002) "grassroots power": the understanding that the party had no owners and that its direction was defined by its grassroots base. An essential mechanism for guaranteeing the participation of the grassroots in decision making and strengthening party identity were the nuclei, which, beyond making possible the active participation of the membership, concretely modified traditional relations of subordination (between the leaders and the led). Nevertheless, the nuclei were dismantled. We argue in this essay that one factor that contributed to that outcome was the fact that the power of the grassroots was an obstacle to the freedom of party leaders, who wanted to consolidate the party as an electoral machine.

Keywords: Workers' Party; Brazilian left; party identification; ideology.

* O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. Trata-se de um recorte atualizado da dissertação de mestrado *Partido dos Trabalhadores: a influência da práxis na identidade interna*, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

** Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Bolsista CAPES. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. End. eletrônico: marcos.todt@acad.pucrs.br

Introdução

Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, mais do que um encerramento de um governo e de um ciclo ponteados por governos do Partido dos Trabalhadores, analistas apontam grave risco para a democracia brasileira e manifestam preocupação com o avanço de ideais e práticas fascistas.

Se temos historicamente no Brasil o fenômeno da “direita envergonhada” (Souza, 1988), agora “a direita açodada saiu do armário” (Secco, 2016). Para este, por formação teórica, a direita latino-americana oscila entre sua formação liberal e recaídas autoritárias e que, no caso brasileiro, ficou evidente que a incapacidade de vencer nas urnas fez com que a direita convencional se visse ultrapassada pela direita moderna, capaz de usar redes sociais e distorcer as formas da esquerda.

Segundo Benedito Tadeu César, “o recuo, em todas as áreas será imenso. Nas conquistas econômicas, sociais e, inclusive, nos direitos e garantias individuais e de minorias. Será a hora dos Bolsonaros da vida e de seus símiles” (César, 2016, n.p.). No mesmo sentido, Azevedo (2016) demonstra legítima preocupação com o fortalecimento de grupos fascistas, de negação do outro, que não têm nenhum compromisso com a democracia e com a intolerância crescente contra o pensamento de esquerda e afirma que estamos entrando numa espécie de vale tudo, que precisa ser evitado por quem tem compromisso com a democracia.

Nesse perigoso contexto, ganha caráter de urgência o desafio de a esquerda brasileira debater, reatualizar o seu programa, sua práxis política, seu modo de se apresentar e dialogar com a população – em especial com os jovens que não foram testemunhas dos horrores da ditadura e não vivenciaram as agruras da hegemonia neoliberal. Também é urgente avançar na direção de unidade que possa fazer frente não apenas às propostas conservadoras, mas ao fortalecimento do ideário fascista que rapidamente dialoga com o senso comum e nos colocam em risco de retrocesso civilizacional.

No entanto, para que isso seja possível, é essencial o aprimoramento de olhares críticos, não apenas sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), mas sobre o próprio PT, partido que conseguiu presença sólida nos movimentos sociais e sindicais, chegou ao governo federal e é a principal referência da esquerda brasileira há algumas décadas.

Almejamos desenvolver neste ensaio a ideia de que uma grande mudança que afetou o partido e, conseqüentemente, a esquerda brasileira, foi a passagem do PT de uma organização que privilegiava o “poder das bases”, uma inovação na política brasileira, para um partido de prática de poder vertical. Entendemos que refletir sobre esse aspecto é fundamental nesse contexto de reorganização da esquerda brasileira.

Do poder das bases ao verticalismo

O Partido dos Trabalhadores nasceu em uma conjuntura favorável que unia crise de legitimidade do regime militar com ascenso dos movimentos populares. No bojo da participação popular, houve a criação de mecanismos que propiciaram o aumento do capital social – o fortalecimento dos sindicatos e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) são exemplos. Referimo-nos, aqui, ao capital social no sentido de confiança social – desde a que as pessoas têm uma nas outras (interpessoal) até a confiança nas instituições – e solidariedade. Segundo Baquero e Prá (2007), a confiança social é ao mesmo tempo causa e efeito de envolvimento político, e quanto mais as pessoas trabalham juntas, praticam a reciprocidade e desenvolvem a confiança, mais o capital social se fortalece.

Além das lutas sindicais de grandes categorias como bancários, metalúrgicos e trabalhadores do transporte e construção civil, havia a reivindicação do direito à sindicalização por parte dos trabalhadores públicos, e a reorganização dos movimentos estudantis. A fundação do PT é um marco deste processo.

Pesquisas realizadas nos primeiros anos do partido (Gaglietti, 1999; Novaes, 1993) apontaram que parte considerável dos militantes do PT tinham experiência com alguma forma de militância coletiva. Isso nos sugere um movimento dialético onde o contexto político possibilitou que uma vanguarda com maior capital social, aproveitando-se de conjuntura favorável, construísse organizações coletivas que, por sua vez, por terem explícitos valores como a democracia, o respeito às decisões de base, a ética nas relações e a transparência nas decisões, estimulavam o capital social.

Um dos elementos comuns à maioria dos grupos que formaram o PT era a crítica aos partidos comunistas por sua forma de fazer política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais importantes (Coelho, 2005). O PT deveria se pautar por outra concepção, valorizando a participação de todos, o debate e a autonomia dos movimentos sociais.

O próprio Marx (*apud* Hobsbawm, 1984) ao se posicionar sobre uma organização *Trade Union*¹ de prática centralista afirma criticamente que, quando o operário é condicionado desde sempre a aceitar procedimentos burocráticos e a crer na autoridade, mais importante que tudo é ensinar-lhes a caminhar com os próprios pés. Ou seja, mais importante do que exercer ou forçar o centralismo era estimular o pensamento autônomo.

Em sentido semelhante, Pannekoek (1936), um dos expoentes dos chamados comunistas conselhistas, que muito versaram sobre a necessidade de se proteger a

¹ Associações de trabalhadores das fábricas na primeira metade do século XIX, predecessoras dos sindicatos.

autonomia da classe operária frente a qualquer tipo de tutela, criticou os partidos comunistas ligados à III Internacional porque, em vez de fazerem com que os trabalhadores se tornassem independentes, limitavam-se a fazer deles sujeitos obedientes do partido; fanáticos.

Trotsky, já em 1905 (e até 1917, quando entrou na fração Bolchevique), criticou duramente a maioria do partido, em especial a Lenine, por conta de sua defesa do centralismo partidário. Após a vitória de Estaline, Trotsky aponta como uma das causas da degeneração do partido a falta de debate interno e ausência total da possibilidade de crítica, o dogmatismo, e chega a criar o conceito de “substitucionismo”, referindo-se ao afastamento entre a base e os dirigentes: “Na política interna do partido, estes métodos conduzem [...] a organização do partido a substituir o partido; o comitê central a substituir a organização; e, enfim, o ditador a substituir o comitê central” (*apud* Knei-Paz, 1985, p. 160).

Rosa Luxemburgo, certamente uma das lideranças revolucionárias que colocou maior peso em sua teoria e atuação militante à necessidade de se cuidar permanentemente da participação das pessoas, mantendo-se coerente a este princípio até o fim da vida, exigia um partido democrático cujo aparelho partidário, constituído por revolucionários profissionais, estivesse sob o controle da base.

Para Rosa, mesmo que possuísse consciência revolucionária menos desenvolvida do que a dos quadros dirigentes, somente a participação da base partidária poderia cumprir o papel de atenuar o risco de burocratização, da substituição dos interesses da classe pelos interesses particulares dos dirigentes. Dessa forma, deixa claro que a conquista do poder só pode acontecer, de modo sustentável, através de ampla participação das massas e politização de suas necessidades e seus interesses cotidianos. Caso o poder fosse alcançado sem a participação efetiva das pessoas, seria levado à falência, com a perda dos princípios iniciais (Luxemburgo, 1991).

Gramsci (2002), pensando nos mesmos perigos, enriqueceu a teoria leninista de partido reforçando a importância do centralismo democrático para que haja permanentemente a interação das bases com os dirigentes, dificultando o descolamento entre ambos, e Lukács (2003) também considerou fundamental garantir a *interação viva* entre a vontade coletiva do partido e as lideranças.

A cultura do poder das bases, portanto, encontra assento em longa tradição teórica da esquerda não stalinista, feita especialmente a partir da preocupação com o perigo da burocratização e também com a necessidade de possibilitar processos pedagógicos que permitam a desalienação e elevação de consciência através do protagonismo dos indivíduos. E foi fundamental à formação da identidade inicial do PT a defesa do que Florestan Fernandes (2006) chamou de “democracia petista” e Pont (2002) de “poder das bases”, ou seja, o entendimento de que o

partido não possuía donos (“partido sem patrões”) e, portanto, era garantida a todo filiado a participação nas decisões dos rumos do partido.

Lacerda (2002) afirma que à época da fundação do PT, o trabalho de base fundamentava toda a ação e doutrina do partido, e, portanto, a base deveria sempre ser consultada antes de qualquer decisão partidária de grande importância. Essa característica de respeito ao poder das bases fez com que o PT se diferenciasse, inclusive, dos partidos ortodoxos de esquerda, onde a hierarquia é bem caracterizada pela figura do Comitê Central, que toma verticalmente as decisões.

O processo efetivamente envolvia a militância, que participava de debates públicos para a construção das pré-teses. Depois, as teses eram publicadas, distribuídas e efetivamente debatidas em inúmeras reuniões nas instâncias de base. Apenas após esse rico processo é que as instâncias de base elegiam proporcionalmente os delegados para os encontros superiores (municipais, estaduais, nacional).

A instância principal para pôr em prática o pensamento do “poder das bases” era o núcleo. Os núcleos serviam para construir e reproduzir no partido uma cultura política que exigia práticas coletivas. Os militantes sentiam-se sujeitos ativos, e para os novos era passada a importância da militância política, muito mais abrangente do que a simples participação em eleições esporádicas.

Os núcleos de base, portanto, serviam para limitar a autonomia do núcleo dirigente partidário na mesma medida em que estimulavam a politização e participação das pessoas. E isso era um empecilho ao pragmatismo de quem priorizava os espaços de poder.

Já o verticalismo, que faz parte da cultura política e da organização partidária tradicionais, vem ao encontro da busca por maior autonomia por parte dos líderes da organização. Conforme Panebianco (2005), há um esforço contínuo dos líderes para evitar os limites a sua própria liberdade de manobra. Desse modo, não é difícil compreender que, à medida que o partido vai crescendo e ocupando espaços de poder, a prática do poder das bases vai dando lugar para o verticalismo, provocando, como diz Ribeiro (2010), o rebaixamento da cultura e prática militante e fazendo com que a nova base do PT seja menos politizada.

À medida que o PT passa a vencer eleições, tem-se um processo em que se verifica a passagem, em grande medida, da prática do “poder das bases” para a prática vertical da tomada de decisões. Esse processo se consolida com a eleição de Lula ao governo federal.

Alguns exemplos de ações do governo Lula que geraram descontentamento interno e não foram aprovadas em encontro ou congresso do partido: a linha da política econômica do primeiro Governo Lula, bastante diferente da linha defendida até então pelo partido; a ampliação da política de alianças, com a par-

ticipação de partidos que não constavam no quadro de alianças definido pelo até então último Encontro Nacional do partido²; a liberação da soja transgênica, que causando contrariedade, em especial, entre petistas ligados ao movimento ambientalista ou à pequena agricultura; o projeto de reforma da previdência, estopim para a expulsão da então senadora Heloísa Helena e dos então deputados João Batista Oliveira de Araújo (o Babá), Luciana Genro e João Fontes – que vieram a fundar o PSOL – mas que também não foi aprovado no encontro nacional do partido e sua discussão não foi levada às bases partidárias.

Na cultura política petista do “poder das bases”, o papel das lideranças eleitas era pôr em prática as diretrizes debatidas e decididas pelos filiados. Com o verticalismo, quem define as diretrizes do PT são as lideranças. Sob essa ótica, o PT passou de uma prática freiriana de construção coletiva à prática de política tradicional e institucional de decisões verticais. Para Pont (2002), o PT burocratizou-se com o esvaziamento constante das instâncias de base.

Em maio de 1980, mais de 26 mil filiados estavam ligados a 632 Núcleos de Base espalhados por 23 estados (Amaral, 2010). No entanto, já no 3º Encontro Nacional, em 1984, foi debatida a “crise da nucleação”, quando a esquerda partidária apresentou propostas com o intuito de atribuir aos núcleos poderes deliberativos, com o argumento de que a dificuldade do partido em aumentar consideravelmente a participação nessas instâncias devia-se ao fato delas não terem poder decisório (Secco, 2011). Não obstante a firme defesa da esquerda petista, a visão da ala moderada prevaleceu, e nenhuma proposta no sentido de empoderar formalmente os núcleos foi aprovada.

Esse debate perdurou por toda a década de 1990, com a esquerda partidária insistindo na defesa de maior empoderamento dos núcleos e culminou com a derradeira vitória do já então “Campo Majoritário” em 2001, quando o novo estatuto (Partido dos Trabalhadores, 2001) esvaziou ainda mais o papel das instâncias de base ao implementar o Processo de Eleições Diretas (PED).

As consequências desse processo foram diversas: a oligarquização da direção nacional, com crescente autonomia da Executiva Nacional do PT, frente ao Diretório Nacional e mesmo frente aos Encontros (Ribeiro, 2010; Secco, 2011); o “declínio da militância”, com a passagem de uma agremiação militante a uma agremiação profissionalizada e predominantemente burocrática (Secco, 2011); a transformação do PT, de partido de militantes e ativistas, a um partido de cidadãos votantes, chamados a se manifestar a cada três anos.

Com a nova realidade, muitos militantes petistas se afastaram, seja indo para outros partidos de esquerda, seja desiludindo-se, mesmo que temporariamente, com a política. O artigo de Pilla Vares, intitulado “O PT não para de sangrar”, ilustra bem:

Pior do que os escândalos que abalaram o Partido dos Trabalhadores em toda a sua estrutura, é a sangria que se verifica agora com a saída irreversível de vários militantes históricos, que fundaram o PT ou ajudaram a construí-lo em lutas memoráveis [...] saíram do PT centenas de militantes, o que provocou uma hemorragia preocupante que precisa ser estancada com a máxima urgência [...] devemos pensar com carinho nos milhares de militantes que estão desanimados, desiludidos e inconformados. Para eles e para elas o PT deve olhar com uma atenção redobrada. Afinal são eles e elas, os militantes que escreveram nas ruas a história do PT. São a carne e o sangue do Partido (2005, n.p.).

O esvaziamento da participação militante não foi obra apenas de fatores externos à vontade partidária. Pode-se alegar que esse modo de funcionamento baseado em práticas horizontais de participação foi prejudicado por fatores externos ao partido, como a influência do processo de globalização, que colaborou para a desconfiança generalizada e baixa participação política (Baquero, 2002), mas sem dúvida o foi também por fatores internos: para fortalecer o partido nas disputas eleitorais, o campo majoritário petista desejava maior liberdade aos líderes, e o controle exercido pelos núcleos era uma limitação ao, como diria Panebianco (2005), “cheque em branco” desejado pelos dirigentes.

O fortalecimento dos núcleos era um empecilho à expansão partidária através da política tradicional e, conseqüentemente, empecilho para a ocupação de espaços de poder. Ou seja, para que o partido pudesse se adequar às regras do jogo praticado pela política tradicional, era necessário enfraquecer os núcleos. Um partido adequado ao sistema dificilmente seria aceito pelo poder das bases.

Dessa forma, as escolhas do Campo Majoritário petista, que selaram o papel secundário dos núcleos de base, foram pautadas pelo pragmatismo. As alas moderadas viam risco muito maior em perder sua hegemonia para as tendências de esquerda através do empoderamento dos núcleos e, portanto, era muito mais interessante que os filiados passassem a ter participação mais “fluida”, menos orgânica. Esse sufocamento dos núcleos era necessário para a implantação da estratégia de centralização política promovida pela direção do campo majoritário petista. Entre 1997 e 2001, o percentual de delegados (as) presentes nos Encontros Nacionais que participavam de algum núcleo de base variaram entre 7% e 10%, em 2006 foi 2,5% e em 2007 2,3% (Amaral, 2010). Conforme afirma Ribeiro (2010), com a implantação do PED a direção do PT desmontou os principais mecanismos internos de articulação orgânica, controle e *accountability*.

Considerações finais

A cultura política do “poder das bases”, era elemento central da identidade petista inicial. Era uma linda prática que vinha ao encontro da visão defendida

por Freire e Shor (1986): dialógica, participativa, “de baixo para cima”, de empoderamento, de tomada de consciência crítica através de um processo coletivo, nunca individual.

Foi contribuição das mais importantes à política brasileira, principalmente quando averiguamos que, em nosso país, a descrença na política ou em qualquer tipo de movimentos coletivos fortalece a ideia de que somente as instituições impostas de cima para baixo podem resolver os problemas. Os núcleos representam o oposto a essa visão: são mecanismos que possibilitam prática coletiva, fomentam o empoderamento pela base e o aumento do capital social.

Além de possibilitar de forma mais completa a participação ativa dos filiados, o sistema de núcleos modificava concretamente a relação de subordinação tradicional (dirigentes/dirigidos). Sob esse prisma, a identidade petista era fundamentada em uma nova filosofia sintetizada no “poder das bases” e, ao mesmo tempo, a prática do poder das bases, através dos núcleos, servia de base material para o desenvolvimento dessa filosofia.

Em seus primórdios, o PT chegou a burlar a legislação da ditadura militar para garantir a mais ampla participação de seus militantes. Mas a partir da implementação do projeto de consolidação de hegemonia do grupo dominante do PT, a participação militante e os debates internos passaram a ser restringidos. Com a implantação do PED, a votação passou a ser muito mais importante do que o debate, e o processo partido muito mais suscetível ao poder econômico, ao personalismo, à influência dos quadros mais conhecidos e à influência externa de modo geral.

O antídoto petista à tradicional prática de tomada de decisões verticalizadas eram justamente os núcleos de base, por isso eles foram sufocados. Em síntese, a cultura do poder das bases, exercido pela participação através dos núcleos, era um empecilho à liberdade de atuação dos líderes partidários e ao pragmatismo necessário para consolidar o partido como máquina eleitoral.

E, o que é uma pena e um grande desafio à esquerda brasileira de modo geral: os novos filiados do PT, que não viveram a época do poder das bases, não chegam a conhecer a prática de fazer política que fazia um contraponto à descrença nos processos coletivos e à baixa confiança social.

Referências

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2010.

- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Clima de caça às bruxas contra ideias de esquerda é muito preocupante, alerta sociólogo*. Entrevista. *Jornal Sul 21*. 11 abr. 2016. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/clima-de-caca-as-bruxas-contra-ideias-de-esquerda-e-muito-preocupante-alerta-sociologo/>>. Acesso em 14 nov. 2016.
- BAQUERO, Marcelo. O declínio do capital social no contexto da globalização: implicações para a construção democrática no Brasil. In: CENTENO, Rui Manoel Sobral; GONÇALVES, António Custódio (coord). *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: balanços e desafios*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.
- _____; PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. Estou de luto. *Jornal Sul 21*, Porto Alegre, 2016. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/estou-de-luto-por-benedito-tadeu-cesar/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- COELHO, Aurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005.
- FERNANDES, Florestan. PT: os dilemas da organização. In: BOGO, Ademar (org). *Teoria da Organização Política II*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GAGLIETTI, Mauro. *Ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Dacasa Editora/UNICRUZ, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBSBAWN, Eric (org). *História do Marxismo, III: o marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KNEI-PAZ, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In: HOBSBAWN, Eric (org). *História do Marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a unidade partidária como problema. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

- NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: dilemas da burocratização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 35, p. 217-237, 1993.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partidos*. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PANNEKOEK, Anton. *Os conselhos operários*. 1936 Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/ma000071.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2013.
- PONT, Raul. *A estrela necessária*. Porto Alegre: Veraz, 2002.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- SECCO, Lincoln (2011). História do PT: 1978-2010. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.
- _____. A marcha sobre Brasília. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2016. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2065>>. Acesso em 16 nov. 2016.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de. A Nova República sobre a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- VARES, Luiz Pilla. O PT não para de sangrar. *Zero Hora*, Porto Alegre, 2005. Disponível em <<http://www.pilla.vares.nom.br/2006/sangrar.htm>>. Acesso em 24 ago. 2012.